



European
Commission

Painel de avaliação do mercado único

Desempenho por Estado-Membro

Portugal

(Período de referência: 2017)



Internal market,
Industry,
Entrepreneurship
and SMEs

Transposição da legislação

Em 2016, os Estados-Membros tiveram de transpor 66 novas diretivas, o que representou um volume de trabalho significativamente superior em relação a 2015 (47 diretivas) e a 2017 (39 diretivas). Este volume de trabalho anormalmente elevado dificultou a transposição atempada das diretivas, tendo resultado num aumento acentuado do défice de transposição da maioria dos Estados-Membros. O atual painel de avaliação mostra que a situação está a regressar ao normal, mesmo se as dificuldades se continuam a refletir nos resultados de alguns Estados-Membros.

Défice de transposição: 0,4 % (último relatório: 3,4 %) – Reviravolta notável. Há um ano, Portugal era o Estado-Membro com o maior défice de transposição e com o aumento mais acentuado do mesmo. Atualmente, é o Estado-Membro que regista a maior diminuição (88 %) e um dos défices mais baixos (quarta posição). Além disso, atingiu o seu melhor resultado de sempre, juntamente com três outros Estados-Membros. As autoridades portuguesas, em especial os ministérios competentes, atribuíram a máxima prioridade à transposição atempada e regular das diretivas, cooperando com outros órgãos de soberania para simplificar os procedimentos e reduzir os prazos. Portugal volta assim a estar em sintonia com a maioria das metas da UE e demonstra o seu forte empenhamento em assegurar o bom funcionamento do mercado único.

Apesar disso, Portugal regista um défice de transposição de 29 % para as 14 diretivas com data limite de transposição nos seis meses seguintes à data de referência a considerar para o cálculo (1/6/2017 – 30/11/2017). Isto mostra que ainda tem algumas dificuldades no acompanhamento da transposição atempada das diretivas, embora o atraso seja moderado (ver abaixo).

Média da UE = 0,9 %; Meta proposta (no Ato para o Mercado Único) = 0,5 %

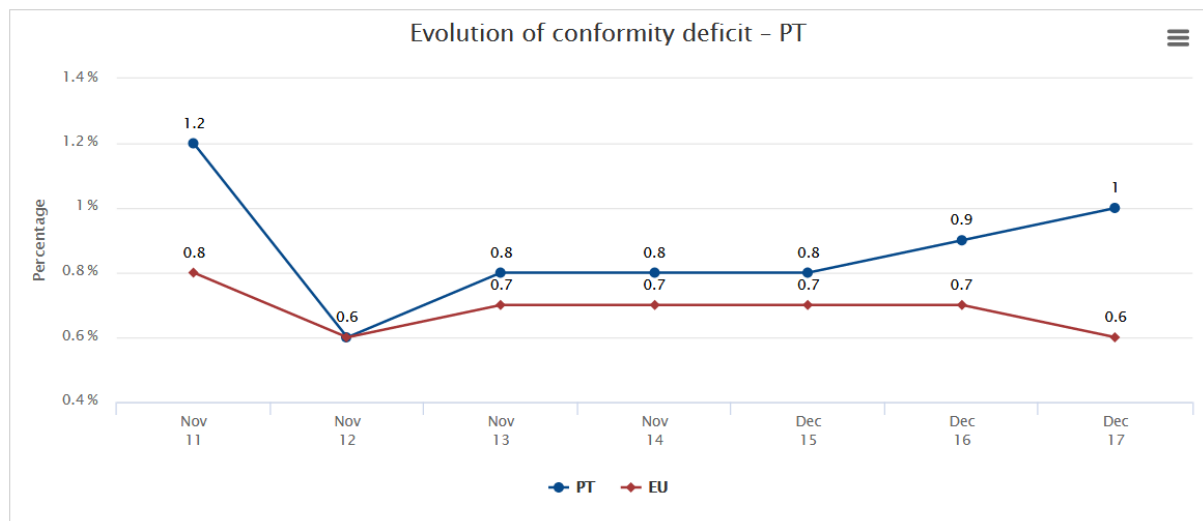
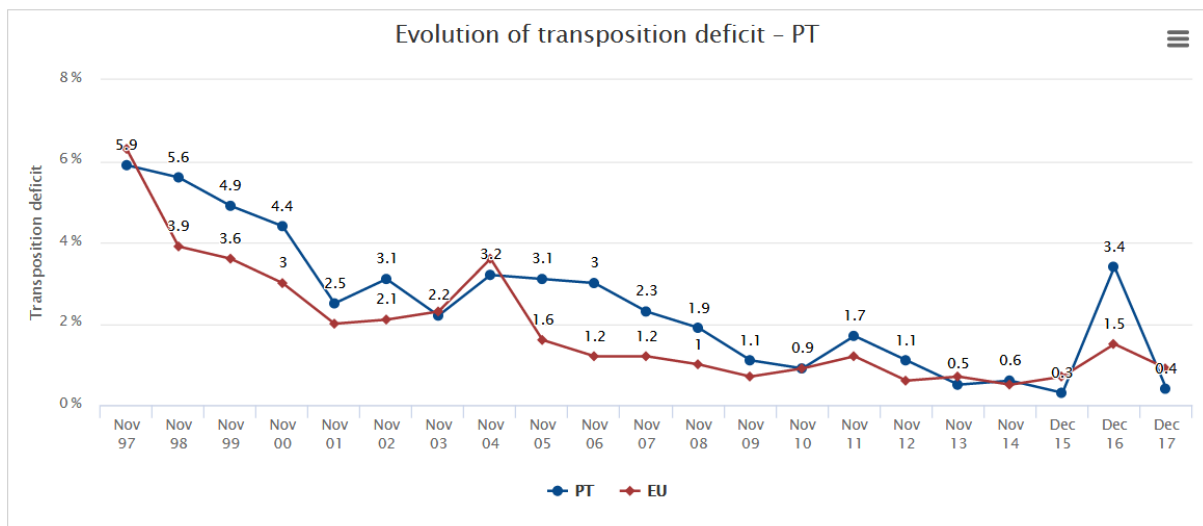
Diretivas em atraso: quatro (último relatório: 35), incluindo três diretivas relativas a serviços financeiros (= 75 % das diretivas em atraso) – **nenhuma** diretiva tem mais de dois anos de atraso.

Atraso médio: 4,5 meses (último relatório: 6,7 meses) – diminuição em 2,2 meses. Atualmente, Portugal faz parte do grupo de oito Estados-Membros que reduziram o respetivo atraso. Portugal não regista diretivas com um grande atraso na transposição (dois anos ou mais) e as quatro diretivas em atraso têm um atraso inferior a seis meses.

Média da UE = 8,7 meses

Défice de conformidade: 1,0 % (último relatório: 0,9 %) – um ligeiro aumento. Com dez diretivas presumivelmente transpostas de forma incorreta, Portugal é o segundo Estado-Membro com o maior défice de conformidade, atingindo o dobro da meta estabelecida (0,5 %).

Média da UE = 0,6 %; Meta proposta (no Ato para o Mercado Único) = 0,5 %



Infrações

Processos pendentes: 40 (oito processos novos e quatro processos encerrados; último relatório: 36 processos pendentes) – mais quatro processos pendentes. Portugal faz parte do grupo de seis Estados-Membros com maior número de processos pendentes relacionados com o mercado único.

(Média da UE = 24 processos)

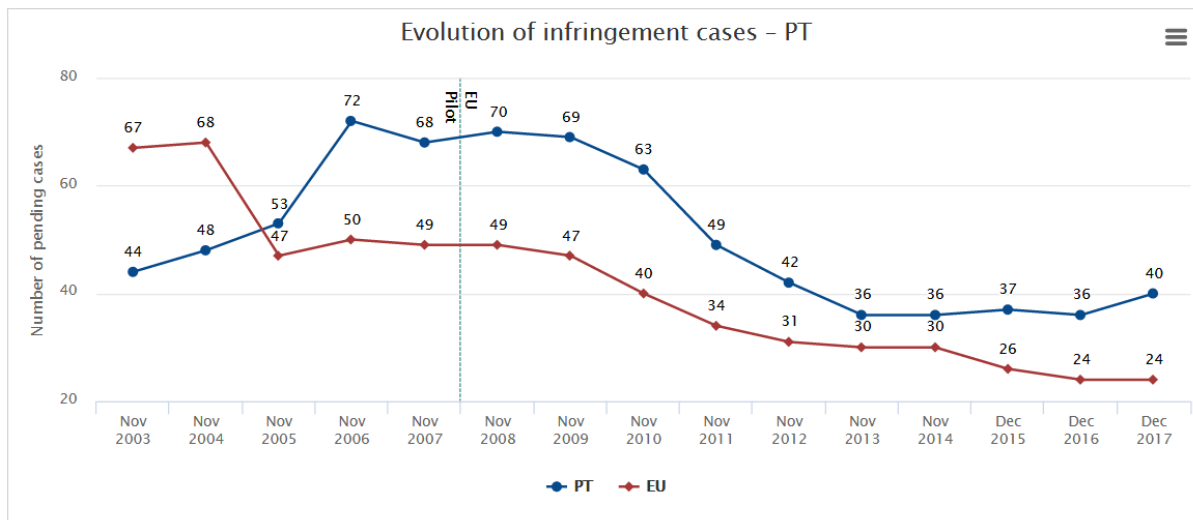
Setores problemáticos: transportes (13 processos), em particular, segurança dos transportes (seis) e transporte aéreo (cinco); ambiente (oito), em particular, a gestão e proteção da água (quatro) e fiscalidade indireta (quatro).

Duração média dos processos: 38,2 meses para os 26 processos ainda não enviados para o Tribunal (último relatório: 32,9 meses) – aumento de mais 5,3 meses, mas, mesmo assim, um resultado melhor do que a média da UE. Portugal tem uma série de processos pendentes antigos (três processos com uma duração entre oito e 13 anos e sete processos com uma duração entre três e sete anos), que são compensados por um número equivalente de processos recentemente abertos (1 ano ou menos).

(Média da UE = 39,8 meses)

Cumprimento dos acórdãos do Tribunal: 26,4 meses para os 12 processos nesta fase do processo e encerrados nos últimos cinco anos (*último relatório: 29,9 meses*) – diminuição em 3,5 meses. Portugal faz parte do grupo de cinco Estados-Membros que reduziram o seu atraso no cumprimento dos acórdãos do Tribunal de Justiça. Isto deve-se ao facto de três casos atualmente com mais de cinco anos – com uma duração média de 44,3 meses – já não serem tidos em conta nos cálculos.

(Média da UE = 23,6 meses)



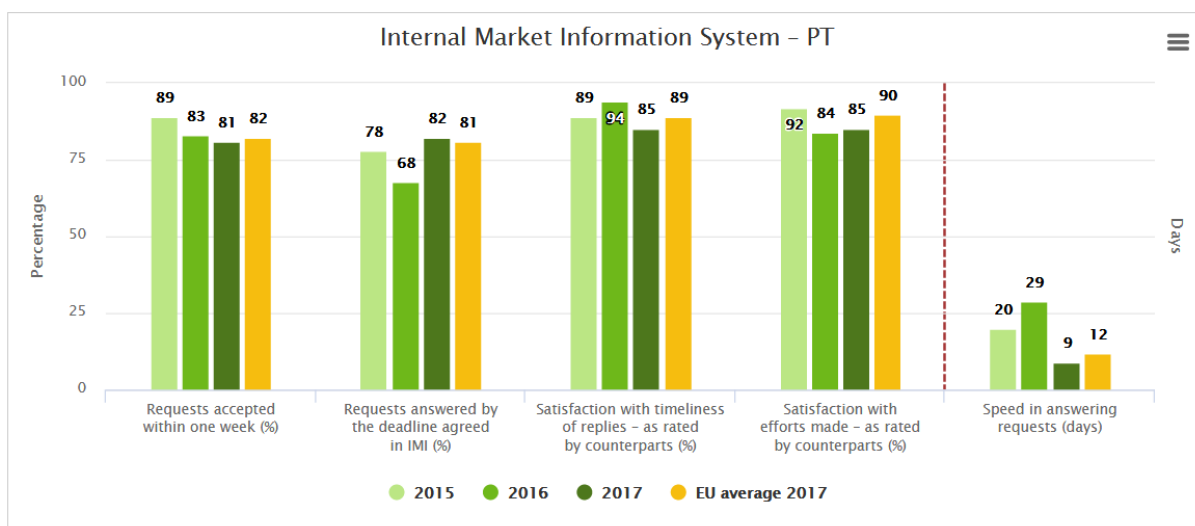
EU Pilot

O prazo médio de resposta de Portugal respeita o prazo de referência de 70 dias do EU Pilot.

Sistema de Informação do Mercado Interno

Desempenho – Portugal regista um desempenho moderadamente bom.

- Três dos cinco indicadores apontam para uma melhoria do desempenho.
- A satisfação com a prontidão das respostas e dos esforços ficou abaixo da média da UE.
- Devem ser envidados esforços para aceitar os pedidos no prazo de uma semana e para lhes responder dentro do prazo acordado no âmbito do IMI, em especial no domínio do destacamento de trabalhadores.
- *Em 2017, Portugal recebeu 427 pedidos no domínio do destacamento de trabalhadores (13 % do total dos pedidos) e só enviou 16.*



EURES

Prestador de serviços EURES em Portugal: [IEFP](#) (Instituto do Emprego e da Formação Profissional)

Conselheiros EURES (a nível nacional): 27

Desempenho: bom.

A sua Europa

Portal nacional equivalente?

Portal nacional em português, inglês e espanhol: www.portaldocidadao.pt

Desempenho no período em apreço

- participação ativa no trabalho do conselho editorial
- resposta a todos os pedidos de informação apresentados através do sítio Web
- atividades de promoção e inserção de hiperligações nos sítios nacionais que remetem para o portal «A sua Europa»

Ações recomendadas

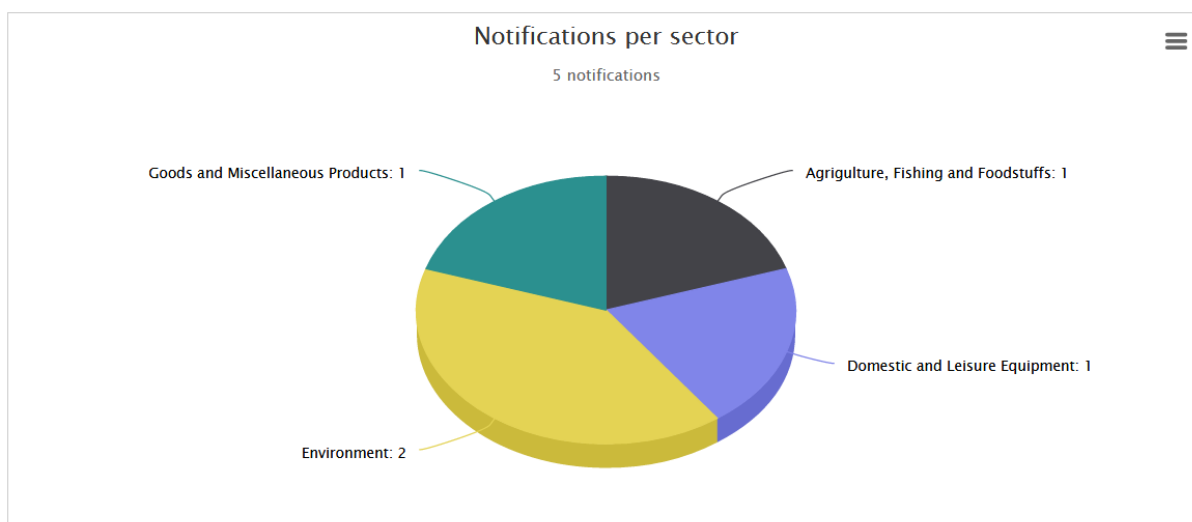
Continuar a:

- assegurar uma representação estável no conselho editorial
- assistir às reuniões do conselho duas vezes por ano
- dar informações, caso solicitado, sobre a forma como Portugal aplica as regras do mercado único
- sensibilizar a administração portuguesa e os potenciais utilizadores finais para o portal «A sua Europa»
- ligar os sítios Web nacionais ao portal «A sua Europa»

SOLVIT

- Número de casos – elevado *Casos comunicados: 79 (68 em 2016)*
Casos recebidos: 97 (98 em 2016)
- **Taxa de resolução:** 89 % (95 % em 2016)
- Tempo de tratamento (centro SOLVIT de origem)
Resposta em sete dias: 100 % (96 % em 2016) – muito bom
Casos preparados em 30 dias: 99 % (86 % em 2016) – muito bom
- Tempo de tratamento (centro SOLVIT responsável) Casos encerrados em dez semanas: 66 % (58 % em 2016) – **deve ser melhorado**
- Pessoal *Continuidade – pessoal experiente* *Suficiente para o número de casos? Não*

Sistema de informação sobre as regulamentações técnicas



Balcão único

- 11 dos 20 processos analisados (oito não existem) estão disponíveis em linha, dois deles parcialmente.
- Os procedimentos em linha são acessíveis aos prestadores de serviços transnacionais.
- As reações dos utilizadores são sistematicamente recolhidas e utilizadas para melhorar a qualidade do serviço prestado.
- Não foram identificados aspetos a melhorar nas áreas analisadas.

Contratos públicos

Globalmente, o nível de desempenho de Portugal em 2017 foi **insatisfatório**. Para informações mais pormenorizadas, incluindo informações sobre a metodologia aplicada, consulte a secção relativa ao [desempenho em matéria de contratos públicos](#).

Serviços postais


Para facilitar a análise, os países da UE estão divididos em três grupos com base no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* absoluto e na data de adesão à UE (método utilizado no [estudo sobre o setor postal da UE 2010-2013](#)) :

- **Ocidente** – Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos, Suécia e Reino Unido
- **Sul** – Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal
- **Leste** – Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia

Desempenho em termos de tempo de trânsito D+1: Portugal registou um desempenho elevado em termos de tempo de trânsito D+1 em todos os anos observados. Em 2016, situava-se em 93,8 %.

A meta nacional portuguesa é 94,5 %

Para 2014, não foram comunicados valores.

 *Para alguns países, os valores de referência para o período anterior podem diferir ligeiramente dos indicados no último painel de avaliação devido às atualizações sucessivas comunicadas.*

Comércio de bens e serviços

A integração de Portugal no mercado único de bens e serviços é ligeiramente superior à média da UE. Em 2016, a integração do comércio de bens aumentou moderadamente. A integração do comércio de serviços registou um aumento superior à média da UE.

		Goods	Services
Intra-EU trade integration	% GDP 2016	23	6.9
	Change 2015-16	1.6	0
Intra-EU imports	% GDP 2016	26	4.6
	Change 2015-16	0.8	0

Investimento direto estrangeiro (IDE)

Em 2016, as partes de Portugal nas entradas e saídas de investimento direto estrangeiro na UE diminuíram acentuadamente. As partes de volume de investimento direto estrangeiro não sofreram alterações.

	Share of EU FDI Flows		Share of EU FDI Stocks	
	inward	outward	inward	outward
% FDI 2016	1.1	0.3	1.5	0.6
Change 2015–16 (in pp.)	-0.4	-0.7	0.0	0.0